

COMPLEXO PLANETÁRIO

1990 – 2010

Cerimónia de abertura da COP 15 - Copenhagen Climate Change Conference, 2009.



Lonnie Van Brummelen and Siebren de Haan, *Monument of Sugar*, 2007.



Critical Art Ensemble, Beatriz da Costa, Shyh-Shiun Shyu, *Free Range Grain*, 2003-2004.



Na viragem do milénio, a imaginação ambiental viu-se confrontada com um mundo drasticamente ampliado pela sua ligação em rede. Um modo de vida hiperconectado, móvel e cosmopolita que conquistou culturas e sociedades dos mais diversos cantos das nações industrializadas, onde a experiência da realidade flui e reflui e as aceções de “local” e “global” se tornam desconcertantemente indistintas. Fredric Jameson, teórico do pós-modernismo, descreveu esse “alarmante ponto de desfasamento entre o corpo e o ambiente construído” como sintomático da “incapacidade da nossa mente de processar a grande rede de comunicação global, multinacional e descentralizada que nos envolve”. A emergência de uma nova sociedade mundial apoiada por avanços tecnológicos como as redes informáticas (a World Wide Web, criada em 1989) também veio pôr a nu as persistentes desigualdades entre os continentes do Norte e do Sul, com as práticas neoliberais de exploração corporativa assentes na mercantilização da natureza ao serviço do capital – desde a perfuração no Ártico à desflorestação na Amazónia – a perpetuarem injustiças à custa de populações indígenas anteriormente colonizadas e comunidades privadas dos seus direitos civis que habitam os territórios onde se encontram as maiores reservas de recursos naturais e fontes energéticas do mundo.

A ecologia política que ganhou forma durante as décadas de 1990 e 2000 viu o ecocentrismo da “ecologia profunda” não tanto como parte da solução para os problemas ambientais, mas antes como um discurso que reproduzia indefensáveis dualismos entre sociedade e natureza, defendendo uma visão idealizada dos espaços naturais enquanto cenários para contemplação. Em comparação com as práticas de décadas anteriores, as reparações artísticas ambientais da década de 1990 empenharam-se mais afincadamente em experiências de colaboração socialmente comprometidas e orientadas para a comunidade, bem como na “estética relacional” (Nicolas Bourriaud) de projetos concebidos para a ativação de contextos cooperativos

específicos destinados à reconstrução de relações de confiança e mutualidade em paisagens urbanas e sociais debilitadas e excluídas dos sistemas de distribuição de arte institucionais.

A nova política de sustentabilidade, não obstante a ação crescente a nível intergovernamental patente em iniciativas como a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92, 1992), a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 1, 1995) e a redação do Protocolo de Kyoto (1997), entre outras, também revelou padrões de racionalização política, bem como a ineficácia de negociações transnacionais que trocaram as políticas vinculativas pelo utilitarismo de uma “economia verde” – o comércio de carbono, a certificação verde, as energias renováveis, as compras ecologicamente conscientes.

Na década de 2000, o conceito de “justiça climática” entrou no discurso dominante e galvanizou uma crescente ação cívica e não-governamental à escala global, exigindo a responsabilização dos interesses corporativos que controlavam crises geopolíticas e guerras humanitárias geradoras de vulnerabilidade em grupos socioeconómicos já de si desfavorecidos. É no ano de 2000 que Paul J. Crutzen, químico holandês e Prémio Nobel da Química em 1995, populariza o termo “Antropoceno” – a Era do Homem –, equiparando cientificamente o efeito da busca da humanidade pela sobrevivência a um fenómeno geológico irreversível que alterou a Terra. Os persistentes e ameaçadores efeitos das alterações climáticas antropogénicas tornaram-se irrefutavelmente indissociáveis de um paradigma alargado da existência que expande a visão para além do ser humano para nela integrar um modelo de “planetaridade” (Gayatri Spivak), abarcando a vida humana e não-humana e defendendo modos de identificação coletiva que não hostilizam a “diferença” – biológica, étnica, de género –, mas antes estimulam uma visão transformadora e relacional dos ecossistemas na rede mais ampla da vida.

ECOVENÇÃO: REPARAÇÕES AMBIENTAIS

As práticas ecológicas da década de 1990 produziram formas artísticas de intervencionismo mais conscientemente apostadas em desenvolver projetos colaborativos sensíveis ao lugar entre as comunidades e demais partes interessadas. Estes processos também envolveram o emprego de conhecimento científico e inovações tecnológicas em explorações reparatórias que, em diferentes graus, visavam combater os efeitos evidentes das alterações climáticas na subsistência de populações inteiras, desde a contaminação do solo e da água resultante da eliminação de resíduos tóxicos, à agricultura intensiva e aos derramamentos de petróleo, passando pelos fenómenos meteorológicos extremos como furacões, secas e inundações. São disso exemplo as obras de Viet Ngo, Mei Chin, Superflex, Betsy Damon e Marjetica Potrč, as quais demonstraram também a vulnerabilidade das condições de vida em regiões do mundo empobrecidas pela ineficácia da tecnocracia e pela desenfreada desregulamentação dos mercados.

Muitas das estratégias ecológicas inventivas* que tiveram lugar neste período surgiram como iniciativas auto-organizadas e voltadas para o contexto específico da sua atuação, envolvendo investigação no terreno, pedagogias alternativas e programação cultural com recurso a formas multidisciplinares de conhecimento territorial e valendo-se de histórias locais onde se cruzam narrativas de natureza material, tecnológica e sociológica. Destinadas a gerar novas formas de participação pública na esfera urbana das então consideradas periferias do mundo, e tendentes a criar novas concepções de solidariedade social, de colaboração e da coisa pública (*publicness*), este tipo de iniciativas continuam a decorrer em projetos como Sarai na Índia, Rural Studio e The Center for Land Use and Interpretation nos Estados Unidos, Stalker na Itália e Urban Think Tank na Venezuela.

POLÍTICA E ESTÉTICA PÓS-HUMANAS

O termo “ecologia” foi empregue pela primeira vez em 1873 pelo zoólogo alemão Ernst Haeckel para designar “o estudo das relações entre organismos vivos, incluindo os seres humanos, e o seu ambiente físico”, sendo um conceito que ao longo de décadas tem sido objeto de interpretações cada vez mais abrangentes, desmistificando não apenas as limitações intelectuais do excecionalismo centrado no ser humano, mas conduzindo a indagações sobre a própria natureza da realidade, a existência e o que significa ser-se humano. Dentro das Humanidades, o então emergente campo da ecocrítica, por exemplo, refletiu sobre o entusiasmo da literatura crítica pelas questões ambientais e pela desconstrução de modelos de atuação centrados no ser humano, olhando a natureza e a paisagem não mais como instrumentos de enquadramento, mas como categorias ativas de análise.

Concomitantemente, os avanços tecnológicos no domínio da computação em rede e da robótica, bem como a engenharia genética e sintética que deram origem aos primeiros clones de animais e culturas geneticamente modificadas, introduziram novas variáveis na estrutura da realidade, reconfigurando as definições binárias de identidade (género, raça, artificialidade) e introduzindo assim um neo-humanismo construído sobre o hibridismo, a fluidez e uma perspetiva cosmopolítica inclusiva da governação mais que humana (Donna J. Haraway, *A Cyborg Manifesto*, 1985; Isabelle Stengers, *Cosmopolitiques*, 1997; Jane Bennett, *Vibrant Matter: A Political Ecology of Things*, 2010, Rosi Braidotti, *The Posthuman*, 2013).

Para as narrativas ecológicas pós-humanas e pós-naturais, reconhecer o conceito de “planetário” implica abandonar a ideia de uma Natureza monolítica e adotar a visão de que as “naturezas” são produto de articulações simultâneas entre múltiplos agentes humanos, tecnológicos e naturais – uma abordagem reflexiva ao ecológico que abarca a um tempo o nosso ser fragmentado e cibernético e as múltiplas naturezas que conosco interagem quotidianamente.

Posta em causa a dicotomia entre ecologia e cultura, não mais é possível escrever a história da globalização, do capital e da cultura sem também ter em conta a história das espécies – onde se incluem os animais, plantas e bactérias. Em 2008, o Equador foi o primeiro país a inscrever na sua constituição Os Direitos da Natureza com o propósito de “manter e regenerar os seus ciclos, estruturas, funções e processos evolutivos”, tendo os seres humanos a responsabilidade jurídica de zelar pelo cumprimento desses direitos em prol dos ecossistemas.

Os projetos artísticos que trabalham estes temas vão desde a encenação de vida artificial com recurso a sistemas digitais e de *hardware* à simbiose de diferentes materiais orgânicos, microrganismos e bactérias para a simulação de sistemas vivos, além de investigarem criticamente o potencial bélico do controlo biotecnológico sem limites.

ANTROPOCENO, JUSTIÇA CLIMÁTICA E ECOLOGIA POLÍTICA

O número de iniciativas artísticas e de curadoria, projetos editoriais e investigações académicas que se debruçam sobre as forças políticas, sociais e económicas profundamente enraizadas nos processos de degradação ambiental de violação de direitos humanos e manipulação corporativa decorrentes de questões climáticas cresceu exponencialmente desde o início dos anos 2000. A ecologia e a equidade têm assumido um papel central no ativismo das cada vez mais numerosas organizações não-governamentais que defendem medidas legislativas de proteção para as populações mais afetadas pela delapidação dos habitats naturais às mãos do extrativismo industrial: a exploração petrolífera, a mineração de metais raros, a desflorestação, a construção de infraestruturas hidroelétricas, a pesca de arrasto e o fraturamento hidráulico (*fracking*). A primeira Cimeira pela Justiça Climática do mundo – altura em que o termo foi empregue pela primeira vez – aconteceu em 2000, em simultâneo com as negociações da COP 6 em Haia, embora os perigos e as tragédias da crise climática já tivessem sido denunciados por grupos como a Aliança dos Pequenos Estados Insulares (fundada em 1990) – ameaçados pela subida do nível do mar, o aquecimento dos oceanos e a erosão costeira –, o desafortunado Movimento para a Sobrevivência do Povo Ogoni na Nigéria (1991-1995), a Associação para a Conservação da Amazónia (fundada em 1999) ou a Rede de Ação Climática (fundada em 1989) – hoje a maior coligação ambiental do mundo, reunindo mais de 1500 organizações da sociedade civil de mais de 130 países.

A popularização do conceito de Antropoceno no início dos anos 2000, tendo conferido individualização científica à massiva alteração antropogénica do planeta, continuou a estimular a literatura ecocrítica, desde o jornalismo independente à literatura académica e crítica, abarcando vários pontos de vista geográficos e políticos e incidindo, em particular, na história e nas estórias das populações indígenas da zona do Ártico, do delta do Níger, em África, da Amazónia sul-americana, no México, da Índia e do Sudeste Asiático, regiões onde os danos ambientais revelaram mais claramente as suas raízes coloniais e provocaram a deslocação de pessoas forçada e em massa dos territórios que habitavam.

Porventura mais bem substanciado naquilo que a ativista ecofeminista Vandana Shiva designa por “democracia da terra”, o trabalho desenvolvido pelos projetos artísticos ecocritivistas de maior relevo durante este período evoca o ímpeto documental e arquivístico da narrativa de investigação, pondo a descoberto as injustiças, violações e manipulações enganosas com que os poderes neoliberais há muito atentam contra os mais desfavorecidos e contribuindo para alargar o conhecimento, a ação e a consciência ambientais.

* Ecovenção (ecologia + invenção) é um termo cunhado originalmente pela curadora Sue Spaid para a exposição homónima de 1999, aqui aludido no sentido de abranger um leque de projetos ecocríticos mais vasto do que o apresentado na mostra de então.